



# WORKSHOP

Gestão de Direitos dos  
Titulares de Dados de  
acordo com a LGPD





# AGENDA

- ▶ **Apresentação**
- ▶ **O Titular de Dados e o DPO**
- ▶ **Quais são os direitos dos Titulares**
- ▶ **Como atender aos Titulares**







## Anderson Mattiuci

Design Think | Compliance |  
Cobit | Scrum | LGPD | GDPR  
Exin DPO certified

27+ years of experience, helping  
companies solve problems with the  
right tools



### Contatos



Anderson Mattiuci



Anderson.mattiuci@rgm.com.br

### Acadêmico



### Processamento de Dados

### TGTI

### Especializações

### Certificações



#### Privacy & Security Management

Data Protection Officer (DPO)  
Privacy and Data Protection Practitioner  
Privacy and Data Protection Foundation  
Information Security (ISO/IEC 27.001)



#### IT Governance and Service Management

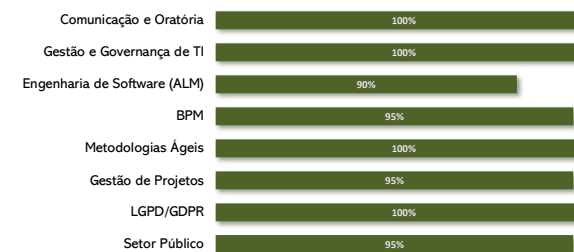
ITIL V3 Fdn. Certified  
COBIT 4.1 Fdn. Certified  
SCRUM  
Design Think  
Compliance - FGV



#### Software Engineering

Certified Scrum Professional  
Certified ScrumMaster  
Kanban Foundation KIKF

### Mapa de habilidades





Estado do Piauí



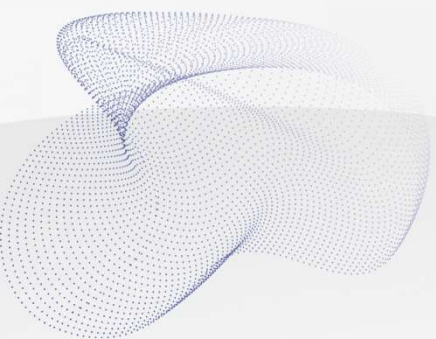
PIAUI

E VOCÊS SÃO...

Assembleia Legislativa








# **O TITULAR DE DADOS E O DPO TAL COMO PREVISTO NA LGPD**

E como esses papéis se  
relacionam





# QUEM É O TITULAR DE DADOS

 **Art. 5º (inciso V)** Pessoa natural (pessoa física) a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

- ▶ O Titular de Dados é a pessoa a ser protegida pela LGPD, é quem deve ter sua privacidade garantida.
- ▶ Um Controlador trata dados de diversos Titulares de Dados, como:
  - ✓ Clientes
  - ✓ Prospects
  - ✓ Fornecedores
  - ✓ Visitantes
  - ✓ Colaboradores internos







## QUEM É O DPO



**Art. 5º (inciso VII)** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

- ▶ O Encarregado de Proteção de Dados (EPD) ou *Data Protection Officer* (DPO) é o responsável **técnico** pela governança e operacionalização do SGPD e dos aspectos da LGPD no Controlador
- ▶ Pode ser do time interno ou terceirizado (*DPO as a service*) do Controlador, e poderá ser apoiado por uma equipe



# CARACTERÍSTICAS DO PAPEL DPO



A identidade e as informações de contato do DPO deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador (LGPD, Art. 41, parágrafo 1º).

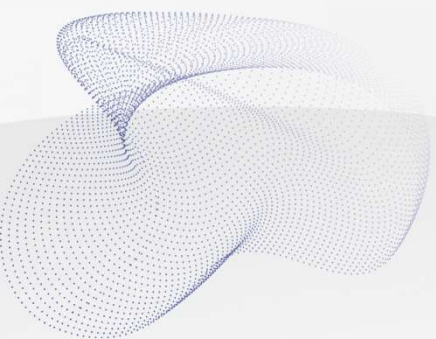
- **Sobre suas responsabilidades:**

- ✓ aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências
- ✓ receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências
- ✓ orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais
- ✓ garantir a correta execução dos processos de negócio que endereçam aspectos da LGPD
- ✓ liderar auditorias internas sobre privacidade e proteção de dados
- ✓ manter o SGPD atualizado
- ✓ compor o Comitê de Privacidade e Proteção de Dados

- **Sobre suas habilidades:**

- ✓ conhecimentos jurídicos, principalmente sobre a Lei Geral de Proteção de Dados
- ✓ conhecimentos técnicos em proteção de dados, preferencialmente aos padrões das normas da família 27.000 da ISO/IEC
- ✓ conhecimentos de governança corporativa, compliance e gestão de negócios
- ✓ boa comunicação e trânsito entre todos os departamentos do Controlador
- ✓ diferencial: **Certificação EXIN DPO Certificate**





# QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

De acordo com as definições da LGPD





# DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

## PARTE 1/2



- i. **Livre acesso**, de forma clara, objetiva e transparente, à informações sobre o tratamento de seus dados (LGPD, Art. 6º incisos IV e VI, Art. 9º e Art. 18):
  - ✓ confirmação de existência do tratamento e quais dados são utilizados [15 dias]
  - ✓ finalidade específica do tratamento
  - ✓ forma e duração do tratamento
  - ✓ identificação e contato do controlador
  - ✓ uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade
  - ✓ responsabilidades dos agentes de tratamento
- ii. **Integridade**, atualização e exatidão de seus dados (LGPD, Art. 6º, inciso V e Art. 18, inciso III)
- iii. **Revogação de seus consentimentos** de forma gratuita e facilitada (LGPD, Art. 8º, parágrafo 5º)
- iv. **Solicitação de término** do tratamento de seus dados (LGPD, Art. 15, inciso III)
- v. **Revisão de** decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais (LGPD, Art. 20)



# DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

## PARTE 2/2



- vi. **Anonimização, bloqueio ou eliminação** de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei (LGPD, Art. 6 inciso III, Art. 18, inciso IV e Art. 60)
- vii. **Portabilidade** dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto (LGPD, Art. 18, inciso V)
- viii. **Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento** do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei (LGPD, Art. 18, inciso VI)
- ix. **Informação sobre o compartilhamento** de seus dados com as entidades públicas e privadas (LGPD, Art. 18, inciso VII)
- x. **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento** e sobre as consequências da negativa (LGPD, Art. 18, inciso VIII)
- xi. **Exclusão definitiva dos dados pessoais** que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais (LGPD, Art. 60)



# COMO PENSAR NOS TITULARES COM PRIVACY BY DESIGN



A privacidade dos Dados Pessoais não deve ser algo opcional, e um padrão que define parâmetros para ajudar a alcançá-la é o *Privacy by design* ou, em tradução livre, a Privacidade desde a concepção.

Trata-se de um modelo teórico que, por si só, não resolve os problemas de proteção de dados, muito menos garante a adequação à LGPD, mas define 7 princípios valiosos para se manter em mente durante a execução dos projetos de adequação à LGPD:



## Princípio #1: Prevenir e não remediar

Aja proativamente e pense antes do fato, não depois

## Princípio #2: Privacidade como padrão (*privacy by default*)

Não exija nenhuma ação do seu titular de dado para que a privacidade de seu produto, serviço ou solução seja “ativada”

## Princípio #3: Privacidade incorporada ao projeto

A privacidade não deve ser tratada como um componente adicional de seu produto, serviço ou solução, ela é algo intrínseco ao projeto

## Princípio #4: Soma positiva

A privacidade deve agregar valor ao seu produto ou serviço e não apenas ser uma obrigação ou escolha

## Princípio #5: Segurança de ponta-a-ponta

A proteção de dados deve ser algo presente desde o início das atividades de tratamento de dados até quando os dados são destruídos

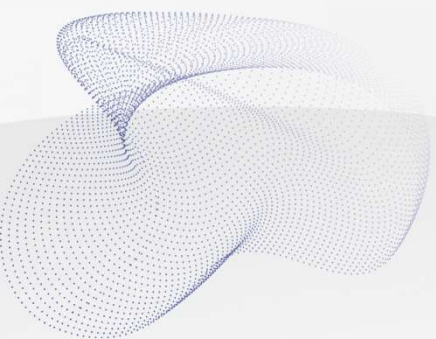
## Princípio #6: Visibilidade e transparência

A privacidade deve ser algo visível e transparente para todos do projeto, que devem saber as regras, práticas e tecnologias envolvidas na proteção

## Princípio #7: Solução centrada no usuário

Deve-se considerar que o maior interessado na privacidade é o Titular dos Dados. São os interesses dele que importam mais





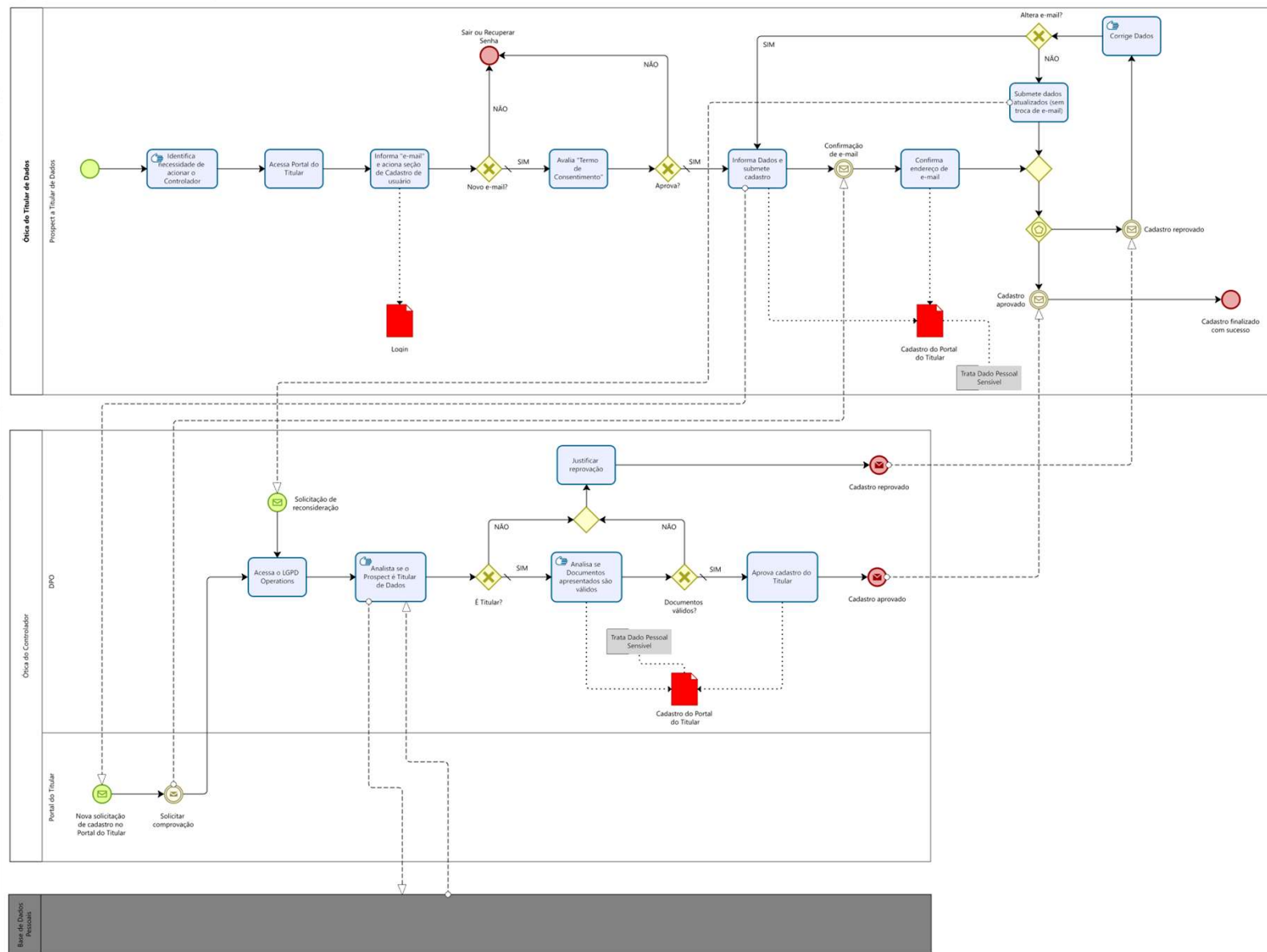
# COMO ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DOS TITULARES

Fazendo uso das ferramentas  
RGM





# PROCESSO SUGERIDO PARA CADASTRO NO PORTAL DO TITULAR





# DEMONSTRAÇÃO PRÁTICA





# DÚVIDAS?

Agradecemos a atenção de todos!!!





 /anderson-mattiuci-3a659854/

 +55 (11) 98078-2875

 Anderson.mattiuci@omnisblue.com

